

GREVE DA RECEITA FEDERAL

Perdas de mais de R\$ 19 bi

Paralisação de auditores, suspensa pelo STJ, gera queda de arrecadação e deixa milhares de mercadorias paradas nas alfândegas

» EDUARDA ESPOSITO

Em meio à confusão do governo na busca de recursos para tapar os rombos das contas públicas, como o aumento da taxa de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a greve dos auditores da Receita Federal tem atrapalhado a arrecadação da União e gerado perdas bilionárias aos cofres da União. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) ordenou, na semana passada, a suspensão da greve, mas, apesar da decisão e da recomendação do sindicato da categoria para o retorno à normalidade, a operação padrão completou 200 dias nesta semana. Apenas medicamentos, perecíveis e animais estão sendo liberados pelos fiscais nas alfândegas.

Os auditores paralisaram as operações no fim de novembro de 2024 e os reflexos do movimento não são poucos. Mais de 100 mil encomendas e 270 toneladas de mercadorias paradas nas alfândegas do país. Além disso, até março, a União deixou de arrecadar R\$ 19 bilhões, de acordo com dados da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (Fecomercio/SP). Esse montante está próximo da receita prevista com o aumento do IOF apenas neste ano e, nos últimos meses, aumentou de valor.

A Associação Brasileira de Empresas de Transporte Internacional Expresso de Cargas (Abraec) informou que “os setores farmacêutico e tecnológico relataram perdas irreversíveis”. Segundo a entidade, empresas — especialmente pequenas e médias, responsáveis por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) — enfrentam quebras de contrato, estoques esgotados e demissões. “O setor de comércio exterior, vital para a economia, está asfixiado, e o governo permanece inerte.”

Os problemas da paralisação

Tomaz Silva/Agência Brasil



Estima-se que mais de 100 mil remessas estavam paradas nas alfândegas até a decisão de suspensão da greve pelo STJ, na semana passada

dos fiscais chegaram ao Congresso Nacional e parlamentares criticaram o monopólio da Receita nas alfândegas. Para o deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM), o Parlamento precisa propor medidas de modernização do processo aduaneiro, como utilizar a Inteligência Artificial (IA) e discutir novos procedimentos. “Na Zona Franca de Manaus (ZFM), temos linhas que estão paradas por falta do produto devido a essa greve. O prejuízo em mais de 180 dias de greve chega a R\$ 19 bilhões”, disse o deputado ao **Correio**. Para ele, uma negociação com os auditores da Receita já teria solucionado a greve. “O governo

tem que liderar o processo, porque é o Executivo que tem que tomar essa iniciativa, de tornar o processo aduaneiro mais moderno, mais efetivo, mais eficiente”, ressaltou.

“Caso da Crocs”

O parlamentar criticou o monopólio do Fisco sobre as importações e exportações. “Não podemos ficar totalmente à mercê do auditor da Receita. Eu me lembro do caso da Crocs, que é muito clássico na literatura tributária. Uma empresa importa o chinelo da Crocs e o auditor olha o chinelo e diz ‘que isso não é chinelo,

é sapato’ e multa a empresa. Depois, a mesma empresa faz uma nova importação de Crocs, chega um outro auditor e olha e diz: ‘não, isso aqui não é sapato, está todo furadinho, isso aqui é um chinelo, está errado’ e multa de novo a empresa. Olha como estamos atrasados ainda no processo aduaneiro, o processo da Receita causa prejuízo em todo o Brasil”, destacou.

Além do deputado, a Frente Parlamentar do Livre Mercado (FPLM) tem mostrado descontentamento com a atuação do governo federal frente à negociação com os auditores e

alegado que essa situação prejudica o país. A Frente articula uma revisão da exclusividade da Receita no controle aduaneiro e questiona a falta de planos de contingência para serviços essenciais. “A FPLM não compactua com esse cerceamento ao ambiente de negócios brasileiro”, afirmou.

De acordo com a entidade, o setor produtivo demanda um protocolo emergencial de liberação mínima para cargas sensíveis e documentos físicos, criação de mesa interministerial de negociação entre os ministérios da Fazenda e da Gestão e da Inovação em

Serviços Públicos (MGI) e uma avaliação legislativa da flexibilização da exclusividade aduaneira em situações críticas. “É papel estratégico do Poder Legislativo articular audiência pública com setor produtivo e governo, propor projeto de lei sobre contingência mínima nos serviços da Receita e liderar o debate sobre descentralização controlada da fiscalização aduaneira”, defendeu a FPLM.

Reajuste

Os auditores reivindicam reajuste salarial, como as demais categorias que receberam reajustes neste ano, por conta dos acordos firmados com o governo federal. O Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), contudo, alegou que o último reajuste salarial da categoria ocorreu há nove anos.

“O governo federal, os ministérios, o Parlamento, a sociedade, todos sabem que, à exceção dos 9% concedidos a todo o conjunto dos servidores públicos federais em 2023, o último acordo salarial de recomposição de perdas ocorreu em 2016, e referiu-se à inflação acumulada até dezembro de 2015. O cumprimento deste acordo foi feito em quatro parcelas, tendo sido paga a última parcela em 2019”, informou o sindicato. A entidade disse que suspendeu a greve no último dia 9, e aconselha que os auditores retornem ao trabalho, a fim de evitar as multas.

Ontem, a Receita Federal publicou a Portaria RFB nº 548/2025 instituindo o Grupo de Estudo Nacional de Cumho Estratégico. O Grupo vai cuidar da regulamentação do ressarcimento de despesas com planos de saúde para os auditores e seus familiares. Esta é uma das pautas secundárias da greve e foi considerada “um avanço nas negociações” por parte do sindicato.

CÚPULA BRASIL-CARIBE

Lula assina seis acordos de cooperação com Caricom

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou, ontem, seis acordos de cooperação entre Brasil e países da Comunidade do Caribe (Caricom). As medidas, anunciadas após a Cúpula Brasil-Caribe realizada no Palácio do Itamaraty, abrangem entendimentos sobre infraestrutura para conexões terrestres, aéreas, além de uma série de cooperações em gestão pública, pesquisas e combate à fome.

“Estou muito animado com os resultados que alcançamos e com o trabalho que temos pela frente. Afinal, Brasil e Caribe abre uma nova etapa de integração, desenvolvimento sustentável e prosperidade para os nossos povos”, afirmou Lula, em pronunciamento à imprensa após a reunião. A Caricom, criada em 1973, é composta por 15 países do Caribe, como Bahamas, Barbados, Belize, Guiana, Haiti e Jamaica, e mais cinco membros associados.

No quesito humanitário, a Cúpula Brasil-Caribe decidiu que serão feitas ações em prol da estabilidade política e social do Haiti. Lula anunciou que a Polícia Federal vai iniciar, “nos próximos meses” programa de treinamento que, segundo ele, “atenderá 400 policiais do Haiti”. Além disso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou uma doação para a recuperação do país.

Esse recurso, detalhou o presidente, partirá do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). “O BID anunciou a doação de R\$ 1,6 bilhão para a recuperação do país”, contou. Lula ainda cobrou ação “mais robusta” da Organização das Nações Unidas (ONU), em apoio ao Haiti.

Além da ajuda ao Haiti, o



Estou muito animado com os resultados que alcançamos e com o trabalho que temos pela frente. Afinal, Brasil e Caribe abre uma nova etapa de integração, desenvolvimento sustentável e prosperidade para os nossos povos”

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

banco comprometeu-se a criar um fundo de ampliação da integração com o Caribe. Esse caixa será formado por doações de países ricos — como Canadá e Reino Unido, que já contribuíram com US\$ 13 milhões.

Conectividade

Outro ponto debatido entre Lula e representantes das nações caribenhas foi o desenvolvimento de mecanismos para otimizar a conectividade, via transportes terrestre e aéreo, entre os países de toda a América Latina. Segundo o governo brasileiro, a criação de rotas que ligam diretamente o

Ricardo Stuckert / PR



Em encontro de líderes regionais, governo anuncia medidas de cooperação e integração regional

Brasil a nações da América do Sul e do Caribe otimizariam as trocas culturais e comerciais da região.

A criação de rotas para interligar o Brasil aos países do Caribe consiste na criação de cinco rotas de integração sul-americana. No projeto, a rota 1 contempla a integração multimodal (rodovias, portos, aeroportos e hidrovias), energética e cultural entre quatro estados brasileiros (AM, AP, PA e RR) e os países Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela.

A rota 2, conforme o planejamento do MPO, ligaria o estado do Amazonas aos países Colômbia, Peru e Equador. Já a rota 3, nos planos do MPO, abrangerá

o Acre, Rondônia e Mato Grosso. Esses estados serão ligados a países como Peru, Bolívia e Chile.

A rota 4 ligará os estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina aos países: Paraguai, Argentina e Chile. Por último, segundo o projeto do governo, haverá a rota 5 (Santa Catarina e Rio Grande do Sul — Uruguai, Argentina e Chile).

Na avaliação de Alexandre Andreatta, professor de relações internacionais do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), a criação de rotas para encurtar trajetos entre o Brasil e países do Caribe é “fundamental para viabilizar

qualquer integração nacional concreta”. “Investir em conectividade entre os países é uma escolha estratégica”, considerou.

Segundo o especialista, as rotas diretas ajudam a fomentar a competitividade dos produtos exportados pelo Brasil. “Além disso, essa estratégia estimula o turismo e facilitaria a cooperação entre os países. Acredito que, se o governo seguir com essa pauta, estaremos no caminho certo, mas é importante lembrar que, sem planejamento, orçamento e acordos bilaterais bem estruturados, a ideia pode não sair do papel”, ponderou o acadêmico.

GRIPE AVIÁRIA

Goiás tem primeiro caso em ave não comercial

A Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) confirmou, ontem, o primeiro caso de gripe aviária de alta patogenicidade (H5N1) no estado de Goiás, em estabelecimento não comercial.

O foco foi confirmado pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em aves de subsistência no município de Santo Antônio da Barra, a 190km ao sul da capital do estado, Goiânia.

De acordo com o comunicado da Agrodefesa, o laudo técnico seguiu-se após a notificação de morte de cerca de cem galinhas que haviam apresentado sintomas como apatia e dificuldade respiratória.

A confirmação de gripe aviária em aves de subsistência não afeta o status sanitário do Brasil perante a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), segundo a Agrodefesa, pois não envolve aves comerciais, e também não compromete as exportações de carnes e ovos, já que os países importadores consideram o risco baixo quando não há envolvimento de granjas comerciais.

Contudo, a instituição informou que reforçou as medidas de contenção e vigilância para evitar a propagação do vírus. Assim, desde a confirmação da suspeita, dia 9 de junho, ações intensivas foram iniciadas, incluindo a interdição das propriedades afetadas e a implementação de um plano de contingência estadual.